



123

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0014004-43.2013.8.17.0000(0323451-1)
COMARCA: SERRITA
VARA: ÚNICA
RECORRENTE: HARLAN ALVES BEZERRA
ADVOGADO: WHATHAENDSON FERREIRA SAMPAIO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE O. CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE LINGUAGEM NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 413 DO CPP E 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS DOS INCISOS I E IV, DO § 2º, DO ART. 121, DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO DE FORMA UNÍSSONA.

1. Tendo o magistrado *a quo*, na decisão de pronúncia, limitado-se a demonstrar fundamentada a materialidade do crime e indícios de autoria para submeter a acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, desse modo, não há que se falar em excesso de linguagem ou de nulidade da pronúncia.
2. Só podem ser excluídas da sentença de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes, vez que não se pode usurpar do Tribunal Popular o pleno exame dos fatos da causa, o que não se verifica na hipótese dos autos.
3. A conduta do Recorrente amolda-se, em princípio, à descrição de homicídio tentado. As circunstâncias do caso recomendam que a pretendida desclassificação só seria admissível, se nenhuma dúvida houvesse quanto à



124

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

inexistência do dolo de matar, o que não ocorreu no presente feito.

4. Recurso não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0014004-43.2013.8.17.0000 (0323451-1)**, no qual figuram como partes: **Harlan Alves Bezerra** e o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0014004-43.2013.8.17.0000(0323451-1)
COMARCA: SERRITA
VARA: ÚNICA
RECORRENTE: HARLAN ALVES BEZERRA
ADVOGADO: WHATHAENDSON FERREIRA SAMPAIO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE O. CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pela defesa de **Harlan Alves Bezerra**, em face da decisão proferida, às **fls. 79/81v**, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV c/c o art. 14, II, todos do Código Penal.

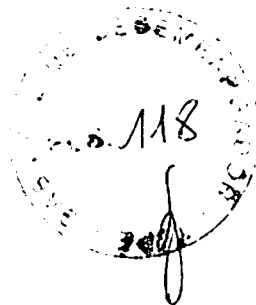
Em suas razões recursais de **fls. 90/97**, pugna preliminarmente a defesa pela nulidade da pronúncia por excesso de linguagem, alegando, em síntese, que o magistrado singular ultrapassou o juízo de admissibilidade da acusação, ingressando na análise meritória capaz de influenciar os jurados a condenar o Apelante, afrontando todos os princípios constitucionais. **No mérito**, requer a desclassificação do tipo penal de tentativa de homicídio qualificado para lesão corporal e, alfim, pugna pela exclusão das qualificadoras dos incisos I e IV, do § 2º do art. 121 do CP, a saber, motivo torpe e surpresa.

Em sede de contrarrazões, às **fls. 98/101** o Ministério Público Estadual requer que seja negado provimento ao recurso, mantendo-se a pronúncia do Recorrente.

Despacho de sustentação da pronúncia exarado às **fls. 102**.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**



Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, às fls. **101/141**, opinou no sentido de ser negado provimento ao recurso.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 16.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



125

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0014004-43.2013.8.17.0000(0323451-1)
COMARCA: SERRITA
VARA: ÚNICA
RECORRENTE: HARLAN ALVES BEZERRA
ADVOGADO: WHATHAENDSON FERREIRA SAMPAIO
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE O. CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Como relatado, alega a defesa excesso de linguagem na pronúncia capaz de influenciar na decisão dos jurados. **Subsidiariamente**, requer a desclassificação do tipo penal de tentativa de homicídio para lesão corporal e a exclusão das qualificadoras dos incisos I e IV, do § 2º, art. 121, do CP, a saber, motivo torpe e surpresa.

Consta da denúncia que na tarde do dia 28/04/2011, em um bar na Cidade de Cedro/PE, o denunciado, utilizando uma arma de fogo, deflagrou disparos contra a vítima Francisco Ademilton Lima, vulgo, "Didi", que não faleceu por circunstâncias alheias à vontade do agente, causando-lhe as lesões descritas no Laudo Traumatológico de **fl. 29**.

Narra o inquérito que a vítima estava bebendo em um bar, juntamente com outras pessoas, quando o denunciado passou em frente ao bar em uma moto e uma das pessoas que lá estavam gritou chamando-o de corno. Após o segundo xingamento, o denunciado desceu da moto e entrou no bar e imaginando ter sido a vítima que o chamou de corno, dirigiu-se até ela e exigiu-lhe explicações, tendo esta negado a autoria do xingamento.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

126

A vítima, imaginando tratar-se de uma mera raiva do denunciado, rumou para outro bar. Lá chegando, continuou conversando com outras pessoas e sem que esperasse, foi surpreendida com a chegada do denunciado que encostou a arma em suas costas e disparou.

Para evitar sua morte, a vítima entrou em luta corporal com o denunciado, mas foi atingida outras vezes, de maneira que ficou gravemente ferida.

Pois bem.

Ao contrário do que afirma a defesa, a decisão de pronúncia limitou-se a demonstrar a justa causa para submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, demonstrando a existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No ponto, veja-se o que consta da decisão de pronúncia, ora impugnada:

"(...) A materialidade do típico antijurídico encontra-se amplamente comprovada nos autos, máxime pelo Exame Traumatológico de fls. 29, o qual demonstra que a vítima foi atingida por múltiplos ferimentos de arma de fogo na região do tórax, flancos esquerdo e direito, e na região temporal, porém sem comprometimento craniano, disparos estes que causou perigo de morte à vítima, tanto que a mesma foi operada e ficou internada por aproximadamente 15 dias.

Os indícios de autoria, de outra sorte, estão positivados através de todas as provas coligidas ao presente feito, reforçado pelo depoimento das testemunhas e da própria vítima, a qual, em Juízo, ressaltou ter sido o réu o autor dos disparos contra sua pessoa, (...).

Em assim sendo, não vejo como acolher o pleito defensivo de ausência de 'animus necandi', ainda mais levando-se em conta que a vítima foi alvejada diversas vezes, inclusive no peito, próximo ao coração.



) 27

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Ademais, nem de longe é possível acolher-se o pleito de desclassificação do delito para lesões corporais, eis que, como dito, está presente a intenção de matar e não de lesionar.

Encontra-se presente, portanto, os pressupostos exigidos para prolação da pronúncia, e sendo a prova coligida nos autos suficiente para tanto, a pronúncia do acusado é medida que se impõe. (...)."

Como se vê do excerto acima, o juiz *a quo* não avançou além dos limites que lhe são deferidos, mas apenas elencou os motivos que o levaram a pronunciar o Recorrente, referindo-se às provas constantes dos autos, especialmente, nos depoimentos da vítima, na fase inquisitiva e em Juízo (**fls. 29/30 e fls. 65/65v**, respectivamente) que afirmou ter sido o Recorrente o autor dos disparos, confirmando o depoimento policial, no interrogatório do próprio acusado, onde este afirma ter efetuado um ou dois disparos (**fls. 72v**), bem como no depoimento das testemunhas **Espedito Ferreira de Souza (fls. 66/66v)** e **Luiz da Luz (fls. 67/67v)**.

No caso em análise, não há que se falar em excesso de linguagem, quando o magistrado singular, carreado nas provas dos autos, demonstra a materialidade do crime e indícios da autoria delitiva para submeter o ora acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, explicitando fundamentadamente as razões que o levaram a pronunciar o Recorrente, evitando-se assim, futura arguição de nulidade por violação ao art. 93, IX¹, da Constituição Federal.

Agiu, portanto, o Magistrado em estrita observância ao que preceitua o art. 413 do CPP, sem que se anunciasse juízo outro que não o

¹ IX- todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias



128

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

da possibilidade do crime então analisado, deixando para a oportunidade própria a aferição da certeza necessária ao decreto condenatório ou absolutório, consoante o caso.

Sobre o tema, vale conferir:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Não se verifica excesso de linguagem no acórdão que, ao julgar o recurso em sentido estrito interposto pela defesa, ratifica a sentença de pronúncia apenas referindo-se às provas constantes dos autos, sem emitir qualquer juízo de certeza acerca da autoria do crime, de forma a não se imiscuir na competência constitucional do Tribunal do Júri.

2. Não houve excesso de linguagem, sendo certo que o Tribunal de origem manteve postura absolutamente imparcial em relação aos fatos, somente apontando elementos que poderiam ensejar dúvida quanto às teses defensivas levantadas, razão pela qual, diante da incerteza acerca de qual foi, efetivamente, a dinâmica dos acontecimentos, utilizando-se de cautela e cuidado, entendeu por bem manter a decisão que remeteu o feito a julgamento pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para dirimir as dúvidas e resolver a controvérsia, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, "d", da CF/88.

3. Ordem denegada." (HC 176.327/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 30/04/2012).

Logo, não há como se sustentar o alegado excesso de linguagem da pronúncia, na medida em que esta se restringiu à indicação das provas de onde podem ser extraídos os requisitos de admissibilidade da acusação.

partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.



129

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Ademais, o recorrente nem sequer negou a autoria delitiva, conforme se infere de seu interrogatório judicial de **fls. 72/72v**, tendo, inclusive, formulado pedido alternativo de exclusão das qualificadoras dos incisos I e IV, do § 2º, do art. 121, do CP, a saber, motivo torpe e surpresa.

No que diz respeito à exclusão das mencionadas qualificadoras, tal pleito também não merece prosperar.

É que as qualificadoras somente podem ser excluídas da decisão de pronúncia, quando manifestamente improcedentes, o que não restou evidenciado nos autos, pois o Recorrente diz ter sido chamado de "corno" pela vítima motivo pelo qual efetuou disparo de arma de fogo contra esta, demonstrando o motivo torpe. Quanto ao elemento surpresa, tem-se que segundo se infere dos depoimentos da vítima (**fl. 30 e 65/65v**) e das testemunhas de acusação inquiridas (**fl. 80**), o acusado apareceu no bar e sem prévia discussão, encostou a arma no lado esquerdo do tórax da vítima.

Confira-se a propósito o seguinte julgado do STJ:

"CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. QUALIFICADORAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO VERIFICADA. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PLEITO DE SOLTURA DO PACIENTE, SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

I. Qualificadoras que só podem ser excluídas quando, de forma incontroversa, mostrarem-se absolutamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos, sob pena de invadir a competência constitucional do Conselho de Sentença, o que não se vislumbra *in casu*. (...)."

(HC 177236/MG, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/12/2011).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

130

Além disso, como já dito acima, na fase preliminar, não cabe ao juiz exaurir a matéria para julgar o réu, tão pouco valorar as provas produzidas, sob pena de influenciar na ulterior convicção dos jurados.

No que tange à pretendida desclassificação do crime de homicídio tentado qualificado para lesão corporal (art. 129, do CP), tem-se que as circunstâncias do caso recomendam que a pretendida desclassificação só seria admissível, se nenhuma dúvida houvesse quanto à inexistência de dolo de matar, o que não ocorreu no presente feito, onde há indícios, consoante se observa do interrogatório do próprio acusado, dos depoimentos das testemunhas de acusação e da vítima, bem como do Auto de Exame Traumatológico de fl. 29, que o acusado tinha a intenção de ceifar a vida da vítima, tanto assim, que esta foi atingida no tórax esquerdo.

O fato da defesa alegar que o Recorrente não tinha intenção de matar a vítima e que hoje o acusado e esta são amigos e compadres, não autoriza se afirmar, de plano, a ausência do *animus necandi*, nem afasta a possibilidade de o crime não ter se consumado por motivos alheios à vontade do agente.

No ponto, cumpre a transcrição do seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. DESCLASSIFICAÇÃO. LIMITES DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONFIGURAÇÃO DO CRIME CONTRA A VIDA. VERIFICAÇÃO DO ANIMUS NECANDI. INVASÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL POPULAR.

1. A desclassificação da infração penal de homicídio tentado qualificado para lesão corporal leve só seria admissível se



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

nenhuma dúvida houvesse quanto à inexistência de dolo. Havendo grau de certeza razoável, isso é fator o bastante para que seja remetida ao Conselho de Sentença a matéria, sob pena de desrespeito à competência ditada pela Constituição Federal. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido. (STJ- AgRg no AgRg no REsp nº 1.313.940/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, 6ª Turma, julgado em 23/04/2013).

Assim, desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal, neste momento, afigura-se premeditado, com registro de que, nesta fase processual, a dúvida milita em favor da sociedade, onde tem prevalência o princípio *in dubio pro societate* e não *in dubio pro reo*.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, INCISO IV, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PRONÚNCIA. PROVAS. IN DUBIO PRO SOCIETATE. QUALIFICADORA. MANUTENÇÃO.

I - Em se tratando de crime afeto à competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade do delito, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio *in dubio pro societate*.

II - Diferente do que ocorre em relação à sentença condenatória, a decisão que pronuncia o acusado exige, tão somente, a presença de indícios de autoria, além de prova da materialidade do delito. Indícios estes que, por sinal, podem derivar de provas colhidas durante o inquérito policial. (Precedente do STF).

(...);

(STJ - Resp 53888/PR, 5º Turma, Rel. Min. FELIX FISHER, DJe de 21.05.2007).

Deve-se ainda ressaltar, por oportuno, que nesta fase processual na há a mesma exigência de prova cabal da autoria como ocorre no



132

**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

encerramento do *iudicium accusationis* perante o M.M Juiz Singular, assim como não é necessária sequer a presença de testemunhas presenciais do fato para que haja pronúncia, somente se exige que estejam demonstrados indícios de autoria e prova material do delito, o que efetivamente ocorreu no presente feito.

Assim, em face da ausência de qualquer subsídio suficiente para alterar o fundamento da decisão combatida, deve permanecer incólume o entendimento nela firmado.

Com esses fundamentos, **voto para negar provimento ao Recurso.**

Recife, 28.05-2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator